



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007296-22.2014.8.26.0566/01**
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Responsabilidade do Fornecedor**
 Exequiente: **Caio Mesa de Mello Pereira**
 Executado: **Lenovo Tecnologia (Brasil) Limitada**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Trata-se de insurgimento oposto pela ré ao pedido de cumprimento de sentença formulado pelo autor.

Alega que tal procedimento fora proposto de maneira precipitada, porquanto apresentado antes de ter ocorrido o trânsito em julgado da sentença.

A certidão lançada a fl. 22 destes autos informa que a data correta do trânsito em julgado é **13/10/2014**, enquanto que o pedido de cumprimento de sentença foi protocolado em 17/10/2014.

Contrariamente, pois ao alegado pela ré, a instauração da presente fase processual se deu após o trânsito em julgado.

Dessa forma, o que poderia estar em discussão seria o fato de o autor ter protocolado o seu pedido antes de ter decorrido o prazo de 15 dias, contados após o trânsito em julgado da sentença, durante o qual deveria a ré ter providenciado o cumprimento voluntário da condenação nos termos da coisa julgada material e ainda segundo aquela mesma certidão de fl. 22 tal prazo se escoou em 28 de outubro p.p.

Nesse sentido correta é a afirmação da ré de que ainda se encontrava dentro do prazo legal quando do protocolo do requerimento de fls. 12/13, em 27/10 p.p.

Isso esclarecido e ainda que se reconheça o reclamo da ré, forçoso convir também que, almejando ao cumprimento do julgado, impunha-lhe comprovar o depósito do valor da condenação (até o dia 28/10), ao invés de solicitar a suplementação do prazo para tal providência.

Por outro lado, o valor da dívida apresentado pelo autor se mostra condizente com os parâmetros fixados na sentença (inclusive sem a inclusão da multa do art. 475-J, do CPC), de modo que o bloqueio levado a efeito a fl.8 e já depositado nos autos poderá perfeitamente ser utilizado para o pagamento do débito, eis que contra os cálculos de fl. 4 não houve impugnação específica pela ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Isto posto, dou por cumprida a obrigação imposta à ré e **JULGO EXTINTA** a presente ação em fase executiva, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil, autorizando ao autor o levantamento do depósito de fl. 20. Expeça-se o mandado.

Transitada em julgado e feitas as anotações de estilo, arquivem-se definitivamente os autos digitais.

P.R.I.

São Carlos, 13 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**